



ATA DA 192ª REUNIÃO PENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 16/08/2017, sob a Presidência do Senhor Ivan Cáceres, realizou-se a 192ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação das Atas da 38ª Reunião Plenária Extraordinária, 188ª, 189ª, 190ª e 191ª Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES.
2. Informes.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação de Projetos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA – planilha 02/2017.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Atas da 38ª Reunião Plenária Extraordinária, 188ª, 189ª, 190ª e 191ª Reuniões Plenárias Ordinárias do CADES.

Ivan Cáceres (Coordenador) – bom dia a todos e a todas. Iniciamos a 192ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo, hoje dia 16 de agosto de 2017, quarta-feira, às 9:30h, aqui no Edifício Martinelli. Eu gostaria inicialmente de avisar: a ausência do Secretário se deve a um motivo justo. Ele está num encontro com o Ministro de Meio Ambiente, encaminhando questões da Secretaria e alguns projetos que a gente vai tentar desenvolver em parceria com o Ministério de Meio Ambiente. Então, o Secretário pede desculpas, mas a ausência dele se justifica em razão desse compromisso. Antes de passar o primeiro ponto da pauta, eu peço verificação de quórum. Secretário Executivo, há quórum suficiente para deliberar? Não? Então, nós vamos fazer uma inversão de pauta, não é? Porque nós temos que aprovar as atas que estão acumuladas. São cinco atas que têm que ser colocadas em votação de aprovação. E nós necessitamos de quórum para isso. Como nós temos uma apresentação aqui hoje a



respeito dos projetos do FEMA, que estão sendo encaminhados, embora não seja uma obrigação regimental, mas vai ser uma prática adotada por essa Administração, todos os projetos do FEMA a gente vai fazer uma apresentação prévia aqui, para o que o CADES tenha conhecimento, opine, enfim. Depois nós temos a Célia. Você tem também uma apresentação também a ser feita, não é? Então, eu vou pedir ao José Manuguerra, que é do FEMA, que inicie a apresentação desses projetos do FEMA e, depois, na sequência, a Célia Marcondes fará apresentação sobre um projeto, Ok?

José Manuguerra - Bom dia a todos, meu nome é José Manuguerra. Para quem ainda não me conhece, sou Diretor do FEMA, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. É um prazer estar aqui mais uma vez para prestar um pouco de contas do trabalho que a gente está desenvolvendo na atual gestão. Após a aprovação das diretrizes do FEMA pelo CADES na reunião de maio, nós aprovamos junto ao Conselho do FEMA sete projetos prioritários para a Secretaria, incluindo alguns de proteção ao meio ambiente, recuperação de áreas, investigação, diagnósticos, um programa inédito de monitoramento via satélite de áreas verdes, alguns projetos que foram aprovados pelo CONFEMA na reunião de 9 de junho. Na próxima sexta-feira, dia 25 - a próxima não, é a próxima, próxima sexta-feira - nós teremos uma nova reunião do Conselho, onde a gente levará uma segunda lista de projetos prioritários já analisados por essa gestão. Eu peço desculpas pelo tamanho da letra, mas prometo que nos próximos slides a gente consegue enxergar um pouco melhor. São 13 projetos, totalizando R\$ 12 milhões. Eles dizem respeito à reforma e recuperação de algumas áreas de parques, implantação de plano de manejo, finalização de implantação de parques, projetos de editais. Nós estamos levando cinco editais para o mercado agora no final de agosto ou início de setembro já para a participação das organizações da sociedade civil, em respeito à lei do Marco Regulatório que foi apresentada anteriormente neste Conselho. Eu vou passar bastante rapidamente por esses projetos. Se houver qualquer dúvida que eu possa esclarecer, fica aberta a palavra aos senhores Conselheiros. Temos a presença também aqui da Anita, Diretora de DEPAVE 8, da Secretaria. Se tivermos alguma dúvida que a gente possa esclarecer, estamos à disposição. Muito bem, o primeiro projeto é um projeto de diagnóstico e tratamento fitossanitário de população arbórea em São Paulo. Esse projeto, ele nasceu de um estudo desenvolvido pelo Instituto Biológico em 2009, pelo Professor Francisco Zorzenon, e chegou ao conhecimento do Secretário, que achou muito interessante, inclusive em função dos problemas recorrentes de quedas de árvores que nós temos na cidade. Então, esse estudo, ele visa diagnosticar, por espécie arbórea e por tipo de enfermidade, a incidência de problemas em 8000 árvores de quatro regiões distintas da cidade. Esse é um trabalho muito importante de diagnóstico, que vai permitir a gente antecipar a solução desses problemas de queda de árvores pela cidade. É um piloto - 8000 árvores é um número relativamente pequeno frente às mais de 650 mil que nós temos populadas na cidade, mas já é o início que permite a gente ter uma ideia do trabalho que deverá ser feito pela frente. Esse projeto será alvo de um edital. Deve fazer já no início de setembro. Projeto de



educação ambiental com comunidades do entorno... Ah, perdão, importantíssimo, fundamental! Na apresentação que nós fazemos ao Conselho do FEMA, a gente sempre amarra o projeto com a diretriz que está atrelada a ele. Então, esse trabalho, ele simplifica a atribuição do Conselho de validar os processos em cima do parecer da Comissão de Avaliação. A Comissão de Avaliação verifica se o orçamento está Ok, se as diretrizes estão Ok, se o objeto do projeto faz sentido pelo FEMA. A gente sempre faz questão de apresentar o projeto, emite o parecer e elenca quais diretrizes do CADES estão atreladas a esse projeto. O próximo projeto é o projeto de educação ambiental. É uma proposta do nosso DGD. Trata-se de um projeto de educação ambiental amplo para a população do entorno de nove parques da região sul da cidade, lindeiros às represas Billings e Guarapiranga. É um projeto bastante amplo que objetiva abordar esses seis tópicos: ocupação territorial, fauna, flora, qualidade de água, ciclo hidrológico, gestão de resíduos e alimentação saudável. É um projeto de 12 meses, separado por esses 6 temas, e também envolve a publicação de um edital. A ideia é que seja uma única entidade a tocar esse projeto pelos 12 meses. É um projeto lastreado em várias diretrizes. Como eu disse, é um projeto de educação bastante amplo, Então, (inaudível) por iniciativa, com o propósito de contribuir para uma convivência socioambiental pacífica, proteção de recursos hídricos - fundamental - e apoio a políticas de incentivo a sistemas produtivos de baixo impacto. É um projeto bastante, bastante bem especificado pelo DGD. Esse edital a gente ainda está em dúvida se ele será lançado como fomento ou colaboração. A ideia é que a entidade traga propostas adicionais ao que nós já estamos propondo nas diretrizes. O próximo projeto é um projeto de formação e implantação de horta escolar pedagógica. Esse projeto nasceu da necessidade de nós integrarmos cada vez mais o Programa Escola Mais Orgânica, aquele que envolve o incremento da alimentação orgânica da merenda escolar. A ideia é implantar e acompanhar hortas pedagógicas em quatro escolas municipais, uma em cada macrorregião da cidade. Isso é importante também: os nossos projetos, nós estamos tentando, na medida do possível, na medida do tema proposto, abordar a cidade inteira. A gente não quer privilegiar uma região em detrimento de outra. Os projetos são suficientemente grandes para poder abordar a cidade inteira e, com isso, fornecer parâmetros de comparação, parâmetros que nos permitam viabilizar uma expansão dessas atividades. Todos os projetos, eles são encarados como o início de um trabalho. A gente quer, naturalmente, expandi-los no futuro. Esse projeto é um projeto de acompanhamento e implantação de horta em quatro escolas, uma em cada região, e a ideia é realizar uma grande articulação com a população da região: com os alunos, com os professores, com as merendeiras, Ok? Esse é um projeto também de 12 meses. O próximo projeto é de fomento ao mapeamento de roteiros turísticos com iniciativas sócio-ambientais, também chamado de ecoturismo. Esse é um projeto de articulação com empreendedores e iniciativas socioambientais das cinco regiões da cidade. A ideia é montar junto com essa rede de empreendimentos... O que é que são os empreendimentos? É o comércio local, são as hortas, são os produtores, são todos



aqueles atores que, de alguma forma, estejam envolvidos com a temática ambiental. Então, a ideia desse projeto é a criação de uma grande rede, que pode ser regionalizada ou não, no intuito de criar roteiros turísticos com a temática ambiental. Da mesma forma que nós temos roteiros turísticos quando a gente viaja para Porto Seguro, Fortaleza, Pantanal, o guia turístico sempre faz aquele roteirinho e nos leva naqueles estabelecimentos, e o tema é turístico. Neste caso, a criação de roteiros terá a temática ambiental, criação desses roteiros que incentivem que divulguem e que fomentem a atividade e eco-sustentável. A ideia é criar no mínimo dez roteiros turísticos, dois para cada região e, com a criação dessa rede, os empreendedores, as cooperativas, seguem adiante. Então, esse é um projeto basicamente de fomento. A gente dá o pontapé inicial para que essa atividade cresça na cidade de São Paulo. Existe uma demanda de temática ambiental represada na cidade. Então, a gente espera com essa proposta de ecoturismo fomentar essa atividade. Projeto de criação de centros de apoio de agricultura urbana nas cinco regiões da cidade. Esse é um projeto de assistência técnica invertida. A ideia é a criação de cinco centros que justamente apoiem a população, os produtores, os distribuidores, em toda a sua produção e também fornecendo técnicas de compostagem, técnicas de cultivo. É um programa de educação e de assistência técnica. Tudo bem? Projeto de apoio e desenvolvimento da agricultura sustentável na Zona Leste e Zona Sul. Esse projeto, na verdade, é a continuidade do edital FEMA 10. Nós já temos esse programa em andamento na Zona Sul e na Zona Leste, com resultados muito significativos. E, em visita a vários produtores dessas regiões, nós recebemos essa demanda de assim... "Manuguerra, Ivan, Secretário, nós precisamos de muito apoio para ampliar a nossa atuação. A nossa atuação, hoje existe, mas ela precisa de continuidade". Nós não podemos simplesmente continuar o programa; é necessário abrir um novo edital. Apesar dos bons resultados que nós estamos, tenho com as entidades que participam desse programa, eu até consultei a Secretaria de Gestão. Existe a possibilidade prorrogar e tal? Não, não existe. Pelo Marco Regulatório, é obrigatório, é imperativo que seja realizado um novo edital. Nós vamos propor um novo edital com, basicamente, o mesmo objeto do FEMA 10, que é o apoio à agricultura urbana na Zona Sul e Zona Leste. Eu estava conversando com a Anita agora antes da reunião. Existe a intenção também de criar um projeto para a Zona Norte, porém a Zona Norte nós não temos esse histórico bem embasado. Antes de lançar um programa como esse, nós precisamos de um diagnóstico. Já está na nossa lista de projetos a criação de um programa de diagnóstico, mapeamento da Zona Norte para a implantação de um programa como esse no futuro. Quem sabe 2018? Projeto de investigação em área de interesse. Esse é um projeto similar ao que já foi aprovado em junho pelo CONFEMA. Nós temos três áreas diagnosticadas pelo Departamento de Controle da Secretaria, pelo de DECONT, que estão com suspeita de contaminação e nós fomos autuados pela CETESB. Precisamos desse levantamento para identificar se o solo está contaminado, se a água está contaminada e qual ação deverá ser tomada. É um projeto de recuperação ambiental de uma área da



Secretaria. Projeto de elaboração do plano de manejo da APA Municipal Bororé-Colônia. É uma Área de Proteção Ambiental na Zona Sul e é necessário a criação e o estudo desse plano de manejo. Se a Anita quiser falar algumas palavras....

Anita Correia de Souza Martins - Bom dia a todos.Obrigada, Manuguerra. Essa Área de Proteção Ambiental ela possui 90 quilômetros quadrados, foi criada em 2006 e compreende uma grande porção da área de proteção aos mananciais. Então, esse plano de manejo é uma obrigação legal determinada pela lei federal e ele é constituído por um diagnóstico socioambiental. Então, meio físico, biótico e sócio-economia, o zoneamento dessa Área de Proteção Ambiental e, finalmente, os programas de uso. Todo o processo deve ser feito de forma participativa, com o Conselho Gestor, que existe desde 2006 também. Obrigada.

José Manuguerra - Obrigado, Anita. É sempre um prazer ouvir a Anita nas reuniões. Muito bem. Projeto de implantação do Parque Tatuapé. A Tamires está? Não? Bom, nós temos alguns projetos de implantação do parque. O Parque Tatuapé prevê melhoras e adequações da área, envolvendo cercamento, envolvendo novo estudo de levantamento planialtimétrico. Nós temos de terminar a implantação do Parque Tatuapé. O projeto de implantação do Parque Nair Bello, fase 1. O Parque Nair Bello está dividido em algumas fases. A primeira fase inclui projeto básico de engenharia, cercamento, instalações elétricas, hidráulicas e equipamentos. Ivan, se quiser fazer alguma consideração? Ok? Muito bem. Parque Anhanguera é um parque que já foi implantado, porém ele apresentou diversos problemas. Então, nós temos ainda duas fases: fase 2 e fase 3, para término de implantação do Parque Anhanguera. A segunda fase de implantação contempla o sistema de tratamento de efluentes do parque. Hoje nós temos toda a parte fluvial e de esgotos a céu aberto. A ideia é terminar o projeto de implantação com o sistema de tratamento desses efluentes (captação e tratamento). E a fase 3, que nós chamamos aqui de finalização, é a automação do sistema de abastecimento de água. Hoje o abastecimento de água desse parque é feito manualmente. Voce tem que ir lá, abre registro, fecha registro, como que está o nível da caixa, sobe, desce. Então, é um trabalho bastante difícil de ser executado, diariamente. Então, a ideia é... Essa fase, na verdade, é uma fase é até barata, porque envolve apenas a automação desse sistema. A instalação de bombas e temporizadores. Implantação do Parque Ribeirão-Colônia. Essa é uma área do antigo Clube de Campo dos funcionários da empresa Metal Leve. Uma área que foi, se não me engano, se não me falha a memória, doada à Municipalidade. É uma área bastante interessante, na Zona Sul, com uma infraestrutura muito boa, para execução, para constituição de uma escola de agrotecnologia. Então, existem vários, várias casas, várias salas, que podem ser adaptadas para escola, cozinha, tem até um palco que a gente pode usar para apresentações. Existem vários quiosques que podem ser transformados - uma reforma muito barata - em viveiros. Existe uma área verde muito extensa, existe



a instalação, ela é muito boa. Ela está naturalmente deteriorada, ela carece de uma pequena reforma, porém é uma área muito importante, e numa região ainda mais importante nessa temática. A nossa ideia é criar, ao longo do tempo, um polo, uma grande escola de agroecologia, com o apoio da Fundação Bloomberg, inclusive. A ideia dessa primeira fase é uma reforma simples dos prédios administrativos, para que a gente já possa implantar a escola e aí, em parceria com a UMAPAZ e com a Fundação Bloomberg, montar, estruturar toda grade dos cursos e atividades dessa futura escola. Então, basicamente é isso. Se houver alguma dúvida que eu possa esclarecer, estou à disposição.

Ivan Cáceres (Coordenador) - José Manuguerra, Diretor do FEMA, obrigado pela apresentação. O que nós vimos agora foi o primeiro ponto da ordem do dia. Dando sequência a esse primeiro ponto da ordem do dia, eu vou passar às considerações dos Conselheiros. Por gentileza, Cristina Antunes, Ok?

Cons. Cristina Antunes - Bom dia. Manu, eu tenho algumas questões que não ficaram claras em relação ao edital. Tem algumas matérias aqui, alguns projetos que eu entendo que vão ser executados pela Secretaria. Outros vão ser editais abertos para a sociedade civil? . Nessa seleção dos parques, qual foi o critério?

José Manuguerra - Todas as tarefas, todos os projetos, eles seguem um cadastro prévio com a equipe do DPP 2, com a equipe que eu faço parte. Nós temos já um rol de mais de 100 projetos para serem desenvolvidos futuramente. Como são priorizados? Basicamente, decisão orçamentária, se nós temos os recursos disponíveis para aquela atividade ou não; demanda do Departamento, ou seja, a urgência que o Diretor do Departamento nos passa e, finalmente, uma deliberação do próprio Secretário. Então, são feitas reuniões periódicas com o Secretário Natalini, onde são apresentadas essas demandas e as características de cada projeto, inclusive as questões orçamentárias. E as prioridades são definidas nessa reunião entre os Secretários e os Diretores de Departamento. Na nossa última reunião, foram priorizados esses 13 projetos da segunda lista do FEMA: são cinco editais e oito projetos internos. Respondi?

Cons. Cristina Antunes - Tudo bem está entendido o critério. Eu só quero deixar registrado, que nós estamos esperando há 20 anos o Parque do Alto da Boa Vista e não entrou nessa lista. E é uma implantação muito mais simples do que algumas que estão propostas, então eu deixo só registrado que eu lamento que o Departamento não tenha dado atenção a esse problema lá do Alto da Boa Vista. É uma área que já foi invadida, que tem um histórico de um trabalho dos moradores lá de anos e que falta muito pouco para acontecer. Então, nós continuamos na fila e eu preciso registrar que a gente lamenta essa decisão.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Cristina, só para complementar a resposta. Você tem razão, o Alto da Boa Vista, na planilha geral, essa planilha global. É bom que se diga que quando nós assumimos a



gestão, não havia nenhum projeto na Secretaria, nenhuma informação, nada. Você teve que começar do zero, sair correndo às cegas, conversando com todas as áreas para poder ver o que estava acontecendo. Feito isso, nós planilhamos e, dessas planilhas, existem as prioridades atreladas à disponibilidade orçamentária e à necessidade do território. Por exemplo, esse parque da Zona Leste. Todos sabem que a Zona Leste tem uma carência de áreas verdes, que é conhecida, não é? Esse Parque Ribeirão-Colônia é uma área extremamente vulnerável. Se nós não nos apressarmos em colocar os pés ali dentro, marcar aquele território, ele vai ser vítima de invasão, não tenho a menor dúvida. E ali, se já tem um projeto já definido, isso a Bloomberg vai entrar na sequência, na segunda etapa, porque isso é muito importante. Que é uma escola de agroecologia, educação ambiental. Ele vai ter capacitação, treinamento, inclusão, empregabilidade e educação para as pessoas daquele território e da Cidade de São Paulo. É talvez, seja a primeira escola de agroecologia pública. Eu não tenho certeza. Mas, de qualquer maneira, o Município vai estar fazendo isso no Ribeirão-Colônia antes que invadam aquilo, ou que comecem a lotear. Sabe aqueles loteamentos clandestinos? Nós estamos tomando essas atitudes. Claro, o Parque da Boa Vista, do Alto da Boa Vista, está previsto, sim, está lá na nossa planilha, tá? Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes - Então, outra vez, Cristina, Sul-2. A gente paga, Ivan, o preço da competência, porque tudo que a gente tem... como a nossa situação... não vamos falar dessa região da Zona Sul, não está que nem a Zona Leste, não está que nem a região dos mananciais, a gente sempre fica para o fim da fila, porque a gente... e só está bom porque as entidades trabalham muito, diuturnamente, envolvendo trabalhos próprios de educação ambiental, está certo, e a gente paga o preço do sucesso desse nosso trabalho, porque aí tudo que depende da Administração Pública com relação ao nosso território fica para o fim da fila. Então, se a gente largar mão, de repente o parque vai ser invadido, já foi invadido antes da existência da Associação, como o Parque do Cordeiro foi invadido. Então, a gente faz um trabalho que, na verdade, cabe à Administração Pública, mas a gente não tem a compensação da Administração Pública. Eu vou reiterar: eu fico muito perplexa desse postergamento do Parque Alto da Boa Vista, que é simples, é fácil. Depende simplesmente de tirar 60 caminhões de entulho que a própria Prefeitura colocou lá.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, Cristina, só para completar na Zona Sul nós temos a região de Parelheiros, que ela está sendo bastante contemplada na questão da produção de alimentos orgânicos, não é? Nós temos, ainda, na região sul, o Parque Ribeirão-Colônia, que nós acabamos de falar. Nós temos na Região Sul o Parque dos Búfalos, que já está aprovado, com recurso assegurado, que também é numa região litigiosa. Então, nós temos esses focos de incêndio, digamos assim, incêndio social, onde a gente tem que intervir com rapidez. Mas não tenha dúvida, a sua demanda é justa. São Paulo precisa de parques. Por favor, Conselheira.



Ivan Cáceres (Coordenador) - Por gentileza, eu peço sempre para usar próximo ao microfone, se identificando, porque o pessoal da ata não consegue transcrever depois.

Cons. Cecília - É verdade. Bom dia a todos, sou Cecília, região Centro-Oeste, Morro do Querosene. Queria complementar, então, o lamento da colega, pedindo que se são uns 60 caminhões de entulho que precisam ser retirados, quem sabe não dá para incluir nessa tua proposta de trabalho. Acho que fica melhor do que simplesmente o lamento estudar a possibilidade, porque realmente eu acho que deve ser uma coisa simples retirar esse entulho de lá. Pelo menos a metade, já vai adiantando. Eu acho que caberia. Em segundo lugar, a minha questão, eu fiquei curiosa de saber quando voce falou no Parque Anhanguera para tratar os efluentes, eu gostaria de saber se o tratamento do esgoto vai ser feito localmente, como já se conhecem técnicas de tratamento local. Foi pensado nisso, já temos essa perspectiva para São Paulo? Porque Petrópolis já usa, já tem outras cidades no Brasil que já fazem o tratamento local. Não levam isso até Barueri ou a outras centrais, que é caro, ineficiente, tem vários problemas, mas, em São Paulo, parece que tem um problema com a SABESP. Ela tem essa dificuldade de modernizar os conceitos. Eu fiquei curiosa de saber, porque o Parque Anhanguera é distante. Vocês já pensaram no tratamento dos efluentes, como será feito?

José Manuguerra - Obrigado, Conselheira. O tratamento do Parque Anhanguera ele está sendo conduzido pelo DEPAVE-1. Infelizmente não temos representantes do Departamento aqui hoje. O projeto inclui, sim, o estudo, o tratamento local desses efluentes, mas, assim, maiores detalhes eu posso solicitar ao Departamento e trago em reunião posterior para esclarecimento dos Conselheiros, Ok?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Andréa, por gentileza, identifique-se.

Cons. Andréa - Bom dia, Andréa, SMSO. Primeiro, com relação ao projeto de diagnóstico dos espécimes arbóreos. Eu queria saber qual foi o critério da escolha das 8000 mil mudas, das 8000 árvores. Embora vocês tenham falado que está distribuído ao longo da cidade, eu gostaria de saber que critério foi esse. E, em segundo, com relação ao Parque Tatuapé, como a informação está muito sucinta, eu não consigo nem saber em que área da região é esse parque. Se tiver alguma outra informação para que a gente possa se inteirar melhor.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Esse estudo fitossanitário da população arbórea é uma necessidade da cidade de São Paulo tem muitos anos. Nós precisamos mensurar a qualidade e a saúde das árvores de vias públicas, porque todo mês de janeiro nós temos conhecimento que são mil e tantas árvores que caem na cidade de São Paulo, com uma série de transtornos - fiação elétrica, carros e até sobre pessoas, não é? Esse estudo é mais do que urgente. Ele está sendo desenvolvido com o Instituto Biológico. O Instituto Biológico já tem técnicos especialistas que fizeram um projeto nesse



sentido na região de Cidade Jardim e proximidades de Pinheiros, não é? Esse estudo já foi feito, só que não estamos ampliando a metodologia desse projeto. Para voce ter conhecimento, não é e poder mensurar, e ter uma amostra de como está a saúde das árvores de São Paulo. Muitas árvores aqui na cidade foram podadas de maneira errada, comprometendo a saúde, permitindo a invasão de fungos, cupim, enfim, e dá no que dá. Então, alguma coisa precisa ser feita, e esse projeto vai ser desenvolvido pela equipe chefiada pelo Instituto Biológico de São Paulo. A metodologia ainda está sendo fechada, o desenho do projeto é esse: são 8000 exemplares e os bairros são aqueles onde costumeiramente, em todo mês de janeiro, caem as árvores, não é? Essas áreas é que foram escolhidas: Santo Amaro, a região de Higienópolis, que tem muito essa ocorrência, Cidade Jardim, Pinheiros, não é, Butantã. Essas regiões que vão ser objeto do projeto-piloto, para a gente ter uma amostragem de como está a saúde e, depois, obviamente ampliar. Não vai ficar só no projeto de detectar, não. Vai ter também o tratamento fitossanitário da população arbórea, que é possível fazer, sim. Tem tecnologia, tem como utilizar o tratamento adequado para recuperar aquelas árvores. As que não forem passíveis de recuperação estarão sujeitas a riscos, certamente terão que ser substituídas.

Cons. Andréa - Já tem um diagnóstico que voces estão seguindo para poder dar sequência ao trabalho?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Quem vai fazer o projeto é o Instituto Biológico. A Secretaria, o FEMA, vai fazer a contratação do projeto-piloto e quem vai desenvolver o projeto é o Instituto Biológico de São Paulo, que já tem expertise, faz isso já na cidade de Belo Horizonte. Se não me engano, Curitiba também já tem isso também e a cidade de São Paulo não tem. É incrível, não é? Para o Parque Tatuapé é uma questão de localização. Manu, voce devolve depois para a Conselheira onde ele fica localizado.

Cons. Andréa - Só finalizando, para mim está claro. Depois, em relação ao Tatuapé, eu vou buscar mais informações. Em relação ao comentário da Cristina, embora eu corrobore com a posição dela de defender quanto mais parques na região, eu acho que é fundamental que a Secretaria priorize as áreas das cidades aonde a arborização é extremamente pequena. Eu parablenizo por a gente estar trabalhando nas áreas mais periféricas, que eu acho que a capacidade de mobilização das pessoas é muito menor do que as outras áreas onde as pessoas se mobilizam e conseguem as demandas. Eu acho válido, eu acho que tem muitas compensações que já foram feitas na região sul, à semelhança de muitos empreendimentos que aplicaram recursos lá, e, quando a gente tem que priorizar, eu acho que o trabalho tem que ser nessa linha.

Ivan Cáceres (Coordenador) – Ok. Conselheiro, por favor.



Cons. Marcos Moliterno - Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Bom dia a todos. Parabenizar o FEMA pelo esforço. Eu fui Conselheiro do FEMA lá atrás. Estou impressionado com o número de projetos. A gente tinha dificuldade de ter projetos. Mas me preocupa. Porque eu sou de uma época em que não se podia aplicar recursos em manutenção. E voce tem um projeto para colocar uma bomba hidráulica para encher uma caixa d'água, não vou entrar no mérito se cabe ou não no projeto, provavelmente cabe, mas eu acho inadequado o uso dos recursos do FEMA para esse tipo de coisa. Ponto 1. Ponto 2: área contaminada da Vila Independência. Eu não vou falar sobre as outras áreas porque eu não conheço, mas essa que é do meu metiê. Depois, se voce puder detalhar um pouco mais o que é que é esse projeto, eu gostaria de saber. E, por fim, eu queria deixar um registro que eu acho interessante que o FEMA tenha tanto esforço, e a Secretaria de uma forma... faça um esforço tão grande em educação ambiental e quando a gente tem que homenagear uma personalidade denominando um parque, uma avenida, a gente escolhe alguém da TV, dos jornais, da mídia, né? E a gente nunca tem um professor de engenharia, um professor de medicina, um professor de direito, enfim. Eu estou falando professor na profissão, independente do sexo. É importante para quem vê isso uma barreira; eu não vejo isso uma barreira. Eu acho que a gente deveria pensar um pouco mais e trazer... A gente tinha um Vereador que participava do CADES. Talvez sensibilizar ele um pouco até. A gente tem professor, professoras de escola municipais que fazem um trabalho fantástico e a gente sabe que existe essa gente e jamais tem uma homenagem. Em compensação, a gente tem Avenida Hebe Camargo, Centro Oncológico Otávio Frias Filho, Ponte Estaiada Octávio Frias. Esses caras realmente fizeram algo pela cidade? Vamos pensar? Eu passei outro dia em Cotia e tomei uma surpresa. Cotia tem muito pouco parque, acho que só Osasco tem menos parque que Cotia, e tem um parque monumental lá chamado Chico Anysio. Acho que o Chico Anysio não sabe nem... Se ele estivesse vivo, ele ia se ofender, de ter um parque com o nome dele em Cotia. Então, eu gostaria de deixar essa ponderação aqui para o Conselho, se talvez não seja a hora de a gente refrear um pouco esse culto à celebridade, porque o cara tem uma exposição na televisão, no jornal, e valorizar quem realmente trabalha pela cidade. Obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Mais alguém? Por favor.

Cons. Cristina Kirsner - Cristina Kirsner - Fiscais da Natureza, Sul 1. A respeito do projeto de mapeamento de roteiros turísticos, se abre a possibilidade de incluir nele os parques; todos os parques são merecedores de visitas turísticas, mesmo da própria população e de gente que vem de fora. No mundo inteiro é assim. Então, é uma sugestão.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Muito obrigado. Essa terminologia turística foi empregada, mas, é para conhecimento principalmente de regiões onde está se desenvolvendo projetos voltados à sustentabilidade, agroecologia, à produção de alimentos orgânicos. Como é que se faz isso, manejo



da terra, como é que se cultiva, como é que se combate a praga sem usar esses agrotóxicos, porque o Brasil é o campeão mundial no emprego de alimentos agrotóxicos. Quer queiramos ou não, grande parte da população ingere 5 litros de agrotóxicos por ano e se envenena. Esse estudo desenvolvido pelo INCA é assustador a gente ver essas informações. Esse projeto de ecoturismo está muito ligado a isso, conhecer esses rincões onde ainda existem nascentes não contaminadas, áreas verdes, o que sobrou de Mata Atlântica, certo amigo? Então, está voltado muito para isso, para a educação ambiental. Sem prejuízo, obviamente, de analisar essa sua sugestão, Ok? Pois não, Célia.

Cons. Célia Marcondes - Olá, Célia Marcondes. Uma pergunta: ouvimos o senhor informar que o Secretário se encontra com os Diretores de Departamento e juntos decidem as prioridades, as emergências. Não seria o caso de antes disso passar pelo CADES, por esse Conselho? Os projetos que têm que a gente tivesse condição de opinar, ainda que fosse uma sessão rapidamente, mas *en passant*, porque eu acho que a gente está aqui para isso também, não é? Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Célia, nós estamos inovando. Você vê que antes os projetos não eram discutidos. Nós estamos apresentando ao CADES. Agora esses projetos são de competência do CONFEMA. Quem vai deliberar, aprovar ou não, é o CONFEMA. É uma satisfação que a Secretaria já está passando ao CADES, porque essas necessidades, elas surgem das comunidades, dos Cades Regionais, surgem dos Conselhos Gestores, surgem dos vários Conselhos e da comunidade daqueles territórios. Elas chegam à Secretaria dessa forma. Obviamente, a equipe vai a campo, detecta, confirmou a necessidade, a tragédia. Nós temos vários parques em situação trágica. O Chico Mendes, por exemplo. Aquilo é um horror. Fizaram uma obra malfeita. Qualquer chuva que dê, água é desviada para dentro do parque. Então, sai arrastando tudo: mata, gansos, peixes são atirados no lago. É um absurdo aquilo, estava abandonado. O Jacques Cousteau, a mesma coisa. Tem outros parques próximos a Guarapiranga que estão desmoronando. A situação é horrorosa. Então, você tem que atender a essas emergências. Por favor, Conselheiro.

Cons. Azzoni - Bom dia. Azzoni, da Associação Comercial. Como eu sou representante do CADES no FEMA, eu me comprometo que todas as reuniões que a gente tiver logo em seguida à primeira reunião ordinária ou extraordinária, eu trago todos os informes referentes aos projetos apresentados e como está o andamento dos projetos no FEMA. Fico à disposição.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado. Cristina.

Cons. Cristina Antunes - Cristina, Sul 2. Eu queria saber, Manu, quais desses 12 projetos vão ser feitos mediante edital para a sociedade civil e, como você falou, por exemplo, mapeamento dos roteiros turísticos das cinco regiões da cidade. Não sei se este aqui seria por edital. Mas, vamos que seja por edital, independente da origem da entidade que vai fazer, tem que cobrir toda cidade, mesmo



não tendo conhecimento de outras regiões? Como é que voce vai distribuir esse dinheiro? A pergunta é assim: haverá possibilidade, por exemplo, de qualquer um desses aí que vai ser por edital de várias entidades trabalharem dentro dessa verba?

José Manuguerra – Sim.

Cons. Cristina Antunes - Porque fica difícil uma entidade que não tem familiaridade com uma outra região - várias dessas têm que ser por região – então, ela pode se concentrar na região onde ela atua.

José Manuguerra - Sim, sem dúvida. Alguns projetos envolvem quatro macro-regiões ou cinco regiões ou apenas uma região. A ideia é que uma entidade atue em todas ou em algum caso específico vai ser uma entidade por região.

Cons. Cristina Antunes - Voce pode indicar quais serão por edital para a sociedade civil?

José Manuguerra - Vamos lá. Esse será contratação direta do Instituto Biológico; esse será edital - projeto do DGD, as represas Billings e Guarapiranga - esse estamos prevendo uma entidade apenas. **(voz ao fundo)**. Eu não sei se dá para ler, mas vamos lá. Esse tratamento de fitossanitário será contratação; este será edital com uma entidade; esse de horta escolar pedagógica, a ideia é que seja uma entidade apenas. Sim, também edital. Mapeamento de roteiros eco turísticos, também edital. Centros de Apoio à Agricultura Urbana, também edital. Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura Sustentável, Zona Sul e Zona Leste, também edital - serão duas entidades. São esses cinco editais, Ok? Nós apresentaremos as minutas para o Conselho do FEMA no próximo dia 25, sexta-feira da semana que vem. Os editais devem ser publicados ainda no início de setembro.

Ivan Cáceres (Coordenador)- Esgotado o primeiro ponto da ordem... É, por favor, mas alguma intervenção?

Cons. Azzoni - Azzoni, Associação Comercial. Eu gostaria de dar a palavra para a Cristiane, da FECOMÉRCIO.

Cons. Cristiane - Olá.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Por favor, Cristiane, o nome e a entidade.

Cons. Cristiane - Ah, sim. É bem rápido. Cristiane, da FECOMÉRCIO de São Paulo. Só uma sugestão. Eu faço parte do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê pela FECOMÉRCIO e lá tem um recurso do FEHIDRO, que todos os anos é aberto para determinar várias atividades. No meu ponto de vista, aqueles pontos que voce citou de tratamento de efluentes e abastecimento de água poderia ser requerido para usar aquele recurso, deixando disponível o do FEMA para atividades



outras. Lá tem um representante do Município de São Paulo. Eu tenho encontrado o Walter Tesch. Talvez por intermédio dele poderia ser feito uma proposta de um projeto para o FEHIDRO. Está aberto agora, até 31 de agosto, uma nova fase de solicitação de recursos, está bem?

Ivan Cáceres (Coordenador) - Só respondendo, nós verificamos isso. Os recursos do FEHIDRO, eles são bastante limitados e eles são disputados pelo Estado todo de São Paulo. O levantamento anterior que nós tínhamos feito em 2017. Eu passei para o Secretário. É chocante e muito baixo.

José Manuguerra - Aproximadamente R\$ 6 milhões para todos os Municípios.

Cons. Cristiane - Não, não, essa informação não procede. Eu posso até trazer a informação correta. Nessa agora, tem R\$ 6 milhões que está sobrando e teve a primeira fase, que os recursos todos nem foram usados. Só para projetos que a gente chama lá de demanda espontânea, são R\$ 6 milhões ainda. E, para outros, que são demanda induzida, se não me falha a memória, ainda tem cerca de R\$ 20 ou R\$ 30 milhões, apenas para os Municípios do Alto Tietê. Não estou nem falando para o resto do Estado, então, tem muito dinheiro sobrando lá.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, esses recursos, só para sua informação, esses recursos do FEMA já são recursos carimbados para aquela obra, são recursos que têm que ser especificamente destinados para a obra do Parque Anhanguera e do Parque Nair Bello. São recursos carimbados. Eu não poderia deixar esse recurso na conta bancária sem utilizar para a finalidade deliberada, Ok? Mas, obviamente que a gente está em contato com vários fundos, o FDB, FBI, todos os fundos federais, municipais, e a situação é difícil, mas nós vamos verificar. Manu, por favor, vamos verificar essa questão do FEHIDRO, se efetivamente nós podemos capacitar. Vamos verificar isso.

Cons. Cristina Antunes - Eu quero só dar um depoimento (**vozes ao fundo**). Cristina Antunes. Nós já fizemos projetos pela Associação de Moradores com recursos do FEHIDRO, que realmente é o que a Cristiane falou: nunca houve tanta disputa, não é um recurso difícil de conseguir. Esse fato de ser carimbado, tá bom, tem uma questão administrativa aí, mas talvez em outras situações, e se não for possível nessa, em outras situações, realmente o FEMA, a Secretaria poderia recorrer. A gente tem também interesse nesses recursos pela sociedade civil.

(Oradora não identificada) - Não, eu só peço para o Ivan rever isso, de recurso carimbado, porque hoje em dia a gente tem que poder fazer isso, né? Entre tantas solicitações e tantas demandas que ainda não foram atendidas, se a gente puder utilizar o recurso do FEHIDRO para o Parque Anhanguera, é maravilha. Eu acho que temos que ir atrás, sim.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Eu só vou informar que esses recursos do FEMA é uma questão técnica. Se eu não for utilizar esse recurso, ele vai ficar parado na conta bancária. Até desvincular a



finalidade, não compensa, porque é muito difícil, hoje, conseguir descongelamento de recursos. A crise financeira por que passa o Estado brasileiro, seja federal, Estado, Município, é muito difícil você conseguir descongelamento de recursos. Nós pedimos descongelamento do FEMA - R\$ 8,2 milhões, aproximadamente, no início do ano. Foi cortado para R\$ 4.112.000,00 e de R\$ 4.112.000,00, foi liberado R\$ 2,7 milhões, tá? É uma luta muito difícil. Quem está no dia a dia lidando com recurso financeiro sabe. Você tem que multiplicar cada centavo e maximizar a sua utilização. Não é o momento de desvincular recursos. Se eu for desvincular recurso, eu vou estar passando a ideia de que eu não preciso daquele dinheiro e certamente aquele dinheiro vai ficar congelado. Não é o momento para fazer isso. O recurso está lá destinado para isso, por exigência do Ministério Público. Até o CADES aprovou isso, tem aprovação do CADES para isso, não é? Do CONFEMA. Então, nós estamos cumprindo o que está na lei, sem prejuízo de ir atrás desses recursos. Eu não estou vendo esse derrame de recursos no país, está muito difícil. Mas nós vamos verificar essa questão do FEHIDRO e vamos maximizar isso aí. Vou falar do FBI. Era R\$ 3 milhões de recursos, caiu para R\$ 1 milhão. Nós estamos atrás de tudo. Um milhão de reais, um milhão de reais dá para fazer uma coisinha. Dentro das necessidades da Secretaria, que passou quatro anos sem investir em nada, o patrimônio ambiental degradado, caindo, os parques apodrecendo. Nada foi feito nesses quatro anos na área de preservação ambiental, foi muito pouco. Então, nós temos um passivo enorme. Nós estamos enlouquecidos, sim, atrás de recursos, mas com critérios. Por favor, mais alguém? Bom, nós acabamos de ver o primeiro ponto da ordem do dia. Nós retornamos agora para uma inclusão de pauta para essa reunião, para apresentação da Conselheira Célia Marcondes. Célia, uma inclusão de pauta submetida aos Conselheiros. Aprovada a inclusão de pauta para apresentação da Célia ainda nessa reunião? Pois não, Cristina.

Cons. Cristina Antunes – Eu gostaria uma questão relacionada com os Conselhos Participativos.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, então, nós temos duas inclusões de pauta: apresentação da Conselheira Célia Marcondes sobre um aplicativo voltado para a população arbórea e a inclusão de pauta da posição da Conselheira Cristina Antunes sobre os Conselhos Participativos. Célia, por favor, a sua apresentação.

Cons. Célia Marcondes – Olá, bom dia a todos os companheiros. Eu quero chamar aqui para apresentar o aplicativo os autores desse trabalho, que vêm desempenhando um trabalho interessante na nossa região, exemplo para todos. Primeiro, Júlio, quem criou essa base de dados do aplicativo, esse pano de fundo e, depois, os dois biólogos, que estão fazendo trabalho de campo. Então, eu sou da Associação de Moradores do bairro Cerqueira César, que abrange Jardins, do lado de lá da Paulista, e a Consolação, do lado de cá. E, em 2001, a gente já estava no Ministério Público pedindo socorro em razão da perda de árvores na região. Aquele pedido gerou no Ministério Público um



processo, que chamamos a ELETROPAULO, brigamos durante anos. Logo depois, a Marta contratou o IPT para fazer um estudo das árvores da região. Gastou-se milhões para isso, caíram árvores, causaram danos para todo mundo e a solução não foi resolvida. E, até hoje, a gente não tinha, e não tem, diagnóstico das árvores. Então, nós resolvemos juntar a sociedade civil, cada um de um pouquinho do bolso, juntamos um dinheiro para bancar isso que está aqui hoje e que eu quero apresentar para vocês o que é o modelo de gestão do nosso patrimônio arbóreo. Porque as árvores são tratadas como problema e nós encaramos de outra forma, como solução até para saúde.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Tem um problema no som.

Cons. Célia Marcondes - As árvores são tratadas como problemas para a cidade; elas causam graves problemas e até colocam em risco a vida humana, mas, para nós, elas são patrimônio arbóreo impagável e até uma questão de saúde pública. Sem elas não respiramos da forma que precisamos. Está aqui um exemplo de trabalho feito pela sociedade civil que pode ser usado para a cidade. Então, eu vou apresentar os nossos parceiros, que estão com um trabalho brilhante a ser conhecido e feito por todos. Júlio.

Júlio – Olá, bom dia. Júlio. Vou apresentar a aplicação que a gente está desenvolvendo. Esse trabalho consiste em cadastrar. Simples: coloca o CEP, já aparece o endereço, o número, o bairro, conforme está apresentado. Você posiciona a árvore exatamente no local, no mapa onde aquela árvore se encontra. Colocando o CEP, ela já vai estar mais ou menos o lugar. Pode posicionar ela certinho como quiser. Cadastra o nome dela, o status em que ela se encontra - do melhor status para o pior status - vai colocar as fotos dela. Quando a árvore está boa, geralmente eles tiram uma foto. Quando ela está pior, tiram várias fotos. Esse aí é um mapa geral que vai ser apresentado no site para o público, com todas as árvores. Eles já fizeram uma boa área. Você consegue ampliar elas. Estão todas juntas, mas consegue ampliar esse mapa para conseguir ver elas, certinho, no local, porque elas ficam muito emboladas. As árvores azuis indicam cova preparada para o plantio, porém ainda sem árvore. E aí o público, onde o público consegue enxergar os detalhes das árvores e as fotos. Acho que da minha parte é isso.

Ana - Bom dia, eu sou a Ana, eu sou estudante da USP e sou moradora também do bairro de Cerqueira César. E eu e o Luciano, que também é biólogo, a gente fez o levantamento usando o aplicativo feito pelo Júlio. Como a Célia disse, as árvores, mais do que qualquer coisa, elas são de vital importância para a nossa cidade, e para a gente. Elas diminuem temperatura, elas oferecem filtro para o ar, elas regulam a água, amenizam o aquecimento e aumentam mais biodiversidade. Bom, pensando nisso, esse aplicativo é um aplicativo que ele visa ver a qualidade das árvores sem necessitar de instrumentos mais avançados. Então, assim, a gente usa a trena, a gente verifica



diâmetro de copa, o diâmetro da...a circunferência do tronco, se a base está cimentada, se tem espaço, se ela está com algum corte, alguma lesão. E para isso a gente usou materiais super simples. Depois, com esses dados que a gente coleta, a gente faz a identificação da espécie, da altura da árvore, tal, da calçada, para saber se a gente pode melhorar, por exemplo, uma árvore com uma base estreita, se dá para melhorar ou não essa base. A gente precisa também saber da calçada. Bom, e com isso a gente consegue encontrar problemas. Os principais mesmo que a gente encontrou foi a fiação elétrica interferindo no desenvolvimento da copa e as calçadas cimentadas ao redor da base da árvore, que impedem o desenvolvimento reticular. Além, claro, de algum manejo inadequado. Então, por exemplo, a base cimentada. Isso daí pode causar a morte da árvore. Avaria por roçadeira, por exemplo. Foram cortando o tronco da árvore. Isso também vai fazer com que ela morra ou, então, a deixa exposta a fungos, bactérias e insetos. Os cupins são um grande problema no nosso bairro, a fiação. Aqui já é um caule em cicatrização. Provavelmente teve uma queda ou porque ele já estava sensibilizado por algum parasita, alguma bactéria, fungo, inseto ou por vandalismo. Bom, e o que é que pode acontecer? Por que é que é importante fazer esse registro das árvores e essa análise? Porque, por exemplo, aqui a gente vê uma árvore que caiu na rua Augusta por conta do ataque de cupins, e isso é um perigo. A gente sabe bem. Aqui é uma árvore que está oca, ainda está viva, estava com a copa estrondosa, mas que precisa de um tratamento para evitar que ela caia também, que ela morra, né? Aqui a gente fez um levantamento com as principais árvores, as principais espécies, tem espécies não nativas, o ipê El Salvador, a tipuana. Mas a gente também encontrou o pau-brasil, várias espécies de ipê. O ipê El Salvador é bonito, tal, mas ele não é nativo daqui. O geribá. E ele é bem legal, ele atrai aves. A tipuana, que fornece muita sombra e tudo mais, mas não é exatamente nativa daqui. A tipuana é muito legal porque ela consegue abrigar muitas plantas, tanto que foram colocadas pelas pessoas como outras que chegaram.

Luciano - Bom dia, meu nome é Luciano, eu sou biólogo também **(inaudível)** da SAMORCC. A gente encontrou bastante bromélias, orquídeas, até algumas espécies de aspargos, samambaias. Então, está acontecendo uma diversificação muito grande de plantas. Então, é como se fosse um ecossistemazinho sendo recriado, sendo repovoado. Muitos pássaros. Então, só alguns pontos muito interessantes que a gente acaba notando. Árvores um pouco mais raras, né, como a ginkgo biloba, figueira gigantes, né **(voz ao fundo)**. A sociedade se integrando **(voz ao fundo)**. Aquela figueira está se integrando a uma loja, o pessoal integrando, as cadeirinhas, ali todas as mesinhas, as árvores, aqui também uma decoração. Fica muito bom. **(som no fundo)**. Então, as piores árvores, a gente faz o registro, coloca para a SAMORCC, para os órgãos competentes. Nesse aplicativo, a gente percebe que ele tem uma agilidade de encontrar a área vagas para novos plantios. Algumas árvores que estão com algum problema também. Está rolando uma integração com alunos, a gente, como alunos, alguns professores e pesquisadores eles estão com novas ideias também para a gente. É um aplicativo muito



flexível. O Júlio pode mudar muitas coisas dele: formas, introdução de dados, sugestões da sociedade, relatórios. A gente pode extrair relatórios dele. Com as planilhas, a gente pode fazer gráficos e ver onde estão as piores árvores, as melhores. As piores é alguma coisa **(inaudível)** análises mais profundas. E a gente percebeu também que tem, às vezes, alguns detalhes que existem nas árvores que até poderiam ajudar em aulas, né, que tem, por exemplo, uma aula de botânica. O professor quer dar uma matéria sobre determinadas árvores, sobre determinadas epífitas, que são as plantas que ficam em cima das árvores. Tem parasitas, então, por exemplo, em tal lugar tem um exemplo de uma epífita. Um exemplo de orquídeas, exemplo de bromélias, exemplos de parasitas, uma árvore infestada de parasitas. Ou uma avenida. Têm parasitas que são muito ruins para as árvores, mas têm parasitas que não, que elas convivem numa boa e até geram outros tipos de frutos, que pássaros podem comer, sendo que na árvore que ela está se hospedando, a própria árvore não oferece produtos para os pássaros, mas o parasita oferece. Então, você acaba tendo uma ampliação da biodiversidade da região. Eu acho que é mais ou menos isso.

Ana - Primeira coisa de importante que fica aqui é mostrar quando eles olham a árvore, eles já têm um diagnóstico da situação. Ela está bem, eles colocam verde, se ela está bem, se ela está saudável. Se ela já tem algum problema, eles vão mudando as cores. Você tem como mudar aqui, mostrar o colorido? E alerta, por exemplo, eles já colocam nas cores: azul é o local onde a gente tem potencial plantio. Está preparado, a gente já pode plantar. Com isso, nós já vamos vendo onde nós podemos plantar uma nova, onde tem vermelho, marrom... A preta é onde já morreu e precisa ser removida de imediato, então, a gente comunica à Prefeitura para retirar imediatamente, antes que ela precise de uma tempestade de verão para cair. Ou seja, é um diagnóstico para valer. Quando eles vão fazendo esse estudo, árvore por árvore, eles já vão trazendo para a Associação e a gente já vai tomando providências daquilo que precisa ser de imediato tomado providências. Além disso, a gente consegue saber a espécie que temos plantadas. Se você mostrar a espécie que temos plantada e que tratamento elas precisam, porque as tipuanas, nos Jardins, a gente viu que o cupim pegou quase todas e a gente ficou quase sem arborização, porque era a mesma espécie que a gente tinha no bairro inteiro. Então, a intenção é dar uma diversificada para que isso não aconteça mais. Ou seja, você diversifica e, se o cupim ataca uma espécie, a gente tem o tratamento adequado para aquela espécie. É...depois, eles veem também o tamanho dessa árvore: é novinha, tem quantos anos, está plantada há quantos anos ali. Pelo mapa, já dá para identificar **(voz ao fundo)**

Luciano - Então, é... No mapa, quando a gente vê uma cor diferente, a gente clica na cor, aparecem todos os dados que a gente colheu e algumas fotos. Se você clicar nessa foto, aí ela expande, fica do tamanho da tela. Por exemplo, isso aqui é uma romã, que está em frente à SAMORCC. Eu tenho todos os dados desse pé de romã: folha, base, está tudo Ok. Quando você vai passando o mouse na



árvore, já aparece o número e nome, e aí se voce quer entrar, clicar, já aparecem todos os dados. Se não, voce vai passando o mouse até ir analisando as outras também.

Ana - Eu acho que é legal porque, assim, a gente consegue - a Célia falou - a gente consegue ver se uma rua, uma região, está com só uma espécie. Então, a gente consegue fazer, utilizando os dados, a gente consegue diversificar. E, tendo essa análise que a gente faz, identifica se ela está oca, altura, o diâmetro da copa, tudo mais. A gente consegue determinar o índice de saúde dela, né, então, a gente também consegue ver se ela está melhor, pior...

Cons. Célia Marcondes - Eles já fizeram 300 árvores no bairro. À medida que eles vão fazendo e vai surgindo dúvidas, o rapaz do aplicativo vai usando a tecnologia - como ampliar mais as informações, como trazer mais dados sobre elas para que a gente tenha um diagnóstico profundo disso - quantas árvores temos no bairro, quais as condições dela, que tipos são, que espécie, tempo de plantio; ou seja, um verdadeiro diagnóstico mesmo. Agora, é evidente que, como ela informou, usamos equipamentos mais simples possíveis e imagináveis por hora, mas, se surgir, como surgiu uma daquelas que têm um super buraco e ela está comprometida, aí a gente precisa aprofundar. É aí que a gente pede para o Poder Público tomar a providência que tem que ser tomada antes que ela caia. Tem tratamento? Se tem, vamos tratar. Se não tem, precisamos substituir e isso a gente já vem pedindo há tempos, porque o caminhão chega, leva a árvore e o dono da loja, o dono do... o pessoal do condomínio cimenta na hora e nós queremos que o caminhão que chegue para levar, traga outra para plantar, senão, nós não deixamos remover mesmo. Por isso nós já perdemos milhares de árvores, tanto é que a gente se chama Jardins, e não tem mais árvores. E nós fomos plantando as nossas, já plantamos 1812 árvores, e a gente planta já com um DAP de 3 m de altura. Então, esse é um dos casos que, é claro que ela está doente, e muito doente. Agora preciso saber que tratamento. Então, temos o diagnóstico, falta terapêutica. O que fazer com essa árvore? Ela precisa ser removida? Se precisa, imediatamente queremos outra no local. E realmente um diagnóstico mais profundo de que realmente não dá para recuperar. Uma delas ali que ela mostrou, dá para ver que a árvore já está... aquela palmeira, ela tem um buraco enorme embaixo, mas já está nascendo outra palmeirinha por baixo, que é esta aqui. É a recuperação da natureza. Ela própria já botou outra lá, ou seja, não vamos perder esse exemplar. É. Então, o que a gente pode fazer pelo bairro, nós estamos fazendo, fazendo a nossa parte. Agora por isso que a gente queria mostrar que dá para fazer um diagnóstico sério, responsável, e recuperar o que a gente tem e plantar mais e que isso pode ser replicado para outros bairros. Se cada um cuidar do seu pedaço, a gente vai ter uma cidade inteira bem cuidada, porque não ia adianta só reclamar e pedir para o Poder Público. A gente também faz aquilo que está no nosso alcance. Está aí a nossa parte, está feita. Contato com os moços, eles podem passar. Obrigada para voce.



Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Célia. Obrigado aos biólogos. Eu peço que depois envie para o CADES, para a gente ter conhecimento desse assunto, com os contatos, Ok? E, efetivamente, a Secretaria, via FEMA, vai fazer estudo da população. Célia, nós chamamos de população arbórea, nós damos caráter de personalíssimo e de pessoa, como um ente vivo. Então, população arbórea é o nosso projeto. Esse tratamento é fitossanitário e preventivo. Muito interessante a ideia de vocês, envie isso para o CADES, Ok? Eu vou ter que voltar ao primeiro ponto do expediente, que eu tinha adiado, que é urgente isso, eu preciso da aprovação das atas. Nós fizemos uma inversão de pauta no início, por falta de quórum, e entramos na apresentação. Agora tenho que retornar à aprovação. Depois, Célia, retornamos. Eu peço para que os biólogos permaneçam aí para a gente discutir essa questão. Bom, Senhoras e Senhores, vamos lá. A votação das atas - discussão e votação - das atas da 38ª reunião plenária extraordinária, 188ª, 189ª, 190ª, 191ª reuniões plenárias ordinárias do CADES. Vamos colocar em votação. Se tiver alguma observação lembrando as atas foram enviadas a todos Conselheiros, via e-mail. Em votação, a ata da 38ª reunião plenária ordinária. Quem for favorável, permaneça como está. **A Ata da 38ª Reunião Plenária Ordinária está aprovada por unanimidade.** Alguma manifestação? A ata da 188ª reunião plenária ordinária do CADES. Quem for favorável, permaneça como está. **Aprovada por unanimidade a Ata da 188ª Reunião Plenária Ordinária.** Em votação, e aprovação, a ata da 189ª plenária ordinária do CADES. Quem for favorável, permaneça como está. **Aprovada a Ata da 189ª reunião plenária ordinária do CADES, por unanimidade.** Em votação, a ata da 190ª reunião plenária ordinária do CADES. Quem for favorável, permaneça como está. **Aprovada a Ata da 190ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, por unanimidade.** Em votação, a ata da 191ª reunião plenária do CADES. Quem for favorável, permaneça como está. **Aprovada a Ata da 191ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, aprovada por unanimidade.** Bom, concluída essa fase, eu retorno ao ponto em qual estávamos, que é o segundo ponto da ordem do dia, onde estávamos discutindo a aplicação sobre esse levantamento arbóreo da cidade de São Paulo. Os Conselheiros que tiverem alguma colocação, por gentileza está aberta a palavra.

Cons. Carolina - Oi, bom dia a todos. Eu sou a Carolina, da Secretaria de Mobilidade e Transportes. Eu queria parabenizar a Célia por ter trazido essa apresentação. Eu achei muito bacana, parabenizar a iniciativa. Lá na Secretaria de Mobilidade, a gente tem muito boas parcerias com a sociedade civil e aplicativos, através do MOBILAB, então eu sou uma verdadeira entusiasta desse tipo de tecnologia, e a minha pergunta, na verdade, era mais para o Ivan, para saber se num futuro existe a previsão dessa população arbórea entrar no GEOSAMPA, porque hoje a gente tem no GEOSAMPA as árvores mapeadas, mas seria legal que a gente tivesse elas nesse estado, assim, da arte, um pouco mais detalhado. Seria bacana para, enfim, para quem projeta, para quem trabalha com a cidade, eu acho que é de extrema importância e como, enfim, afeta também a mobilidade, a qualidade de vida, as calçadas, enfim, eu gostaria de saber se existe essa previsão.



Ivan Cáceres (Coordenador) – Rapidamente, respondendo. Além desse estudo que nós falamos estudo e tratamento fitossanitário da população arbórea, desses 8000 exemplares, o FEMA também já tem esse projeto já está aprovado, que é o mapeamento por satélite da situação das árvores no Município de São Paulo. Esse projeto foi discutido internamente, foi aprovado pelo CONFEMA, já foi demonstrado aqui no CADES, é um levantamento feito por satélite, é uma tecnologia que foi desenvolvida pela NASA e depois a iniciativa privada dos Estados Unidos utilizou esse mesmo estudo para fazer a conservação dos seus parques, enfim, suas áreas verdes. Só que nós estamos fazendo a adaptação para a leitura do casario brasileiro, porque no meio das nossas árvores tem muita área de invasão, muita, principalmente na região da Cantareira e na Sul também. Esse programa está sendo adaptado para fazer a leitura e, com esse programa, nós vamos conseguir chegar à árvore em tempo real. O próprio Gabinete de qualquer Secretaria que tiver acoplado a esse sistema, ele vai verificar a situação daquela árvore. Se tem alguém ali, com uma moto serra, cortando um galho, ela já vai estar sabendo. Então, não precisa ficar esperando o aviso de quem mora no território. Não, alguém já vai estar acompanhando aquele ataque àquela árvore. Se estiver havendo desmatamento, nós vamos ter isso em tempo real. Imediatamente, Guarda Civil, Polícia Ambiental, todo mundo para o local para tomar conhecimento e impedir isso aí. Isso já está contratado, já está recurso liberado, a Secretaria de Inovação e Tecnologia do Município se interessou, talvez isso se torne um projeto de Governo, para Habitação, para Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e outras pastas que se interessem. É um projeto muito bom. Nós temos duas ações voltadas para a preservação de área verde e proteção das arvores: esse do fitossanitário e esse o levantamento por algoritmo, Ok? Mais alguma colocação? Por favor.

Cons. Mônica - Mônica, Secretaria da Saúde/COVISA. Eu achei muito interessante esse monitoramento por satélite e também eu gostaria de ver se existe a possibilidade também da nossa área de vigilância em saúde ambiental, de repente, de ter acesso a essas informações, de repente de ter uma população exposta a alguma área contaminada ou em tempo real, a gente consegue visualizar uma exposição de uma população a contaminantes.

Ivan Cáceres (Coordenador) - A ideia é a preservação de área verde, evitar desmatamento irregular, isso ocorre em São Paulo com frequência. Se voce não ficar atento, eles desmatam isso aqui, constrói, loteiam, vai ficar inabitável a cidade daqui a alguns anos, se continuar nesse ritmo. Esse projeto, ele tem... já devia ter sido feito há muitos anos isso aí. A ideia é exatamente essa: exercer fiscalização, que é uma tarefa do Poder Público, e impedir esse desmatamento, esse assassinato da população arbórea na cidade de São Paulo. Nós vamos ficar sem ar para respirar aqui se continuar assim. Mais alguma colocação? Por favor.



Cons. Thaís Leonel - Thaís Leonel. Eu sou da OAB . Aproveitando a temática aqui, eu acho que em tempo integral o que se tem discutido é sobre a questão do ar e nós vamos ficar sem ar, nós vamos ficar sem saúde, Ivan, e eu quero colocar aqui duas colocações: primeiro parabenizar o projeto do FEMA, parabenizar a questão apresentada pela Célia e pelos biólogos. É fantástico quando a gente vê um trabalho de excelência e trazer resultado para a população, que a gente não tem nem como mensurar um trabalho que traz, na verdade, o resgate de um patrimônio arbóreo, mas com resultado à saúde humana, e me antecipar a duas situações. A primeira é fazer um convite, nós vamos debater na OAB agora no próximo dia 24, com a palestra do doutor Paulo Saldiva, a questão do ar, então, nós vamos falar sobre o impacto do ar na saúde humana e os desafios da infraestrutura sustentável, inclusive falando sobre um projeto de lei do vereador Gilberto Natalini. Falará o doutor Paulo Saldiva, falará o presidente da CETESB, falará um advogado muito conhecido, que é o doutor Sidney de Oliveira, falará um médico também chamado Jorge Hallak, que trabalha com a questão de ar, então, eu queria deixar aqui consignado o convite para que quem tenha interesse em trabalhar com a questão da melhora do ar em prol da dignidade da pessoa humana, que eu acho que é o que faz este Conselho e que fazemos nós, além e além desse Conselho, deixar todos já convidados para o próximo dia 24, às 18 horas, aqui na Rua Maria Paula, no primeiro andar. Será um prazer ter vocês lá no seio da OAB, na casa democrática, fazer um debate aí sobre a questão do ar. E, em seguida, se puder ser agora, já fazer o encaminhamento para a próxima reunião de uma sugestão de pauta que também atinge a essa situação, que é falar sobre uma questão que é de extrema urgência, talvez para o nosso país, que tem sido amplamente debatida no seio do setor privado, e eu acho que do público também, que é a reciclagem automotiva. Peguei algumas considerações que eu acho que são significativas. Por exemplo, nos Estados Unidos, a indústria da reciclagem automotiva já é a 17ª maior indústria, já tem um faturamento de 25 bilhões anual, uma geração de 100 mil empregos, o aproveitamento de 80% da frota veicular, com redução de emissão de gás de efeito estufa, com monitoramento de todas as peças, de tudo o que é desmontado, enfim. Se a gente tem um programa como esse, porque não a gente também trazer esse tema para debater e não desenvolver a temática em prol de uma qualidade de ar e de, talvez, desenvolvimento de projetos como esse projeto de excelência trazido hoje pela Célia? Então, fica aí o pleito da OAB, de a gente trazer para a próxima pauta esse tema, Ivan, para ser debatido aqui como uma via de debater a dignidade da pessoa humana via a qualidade do ar com o reaproveitamento da indústria.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito. A qualidade do ar na cidade de São Paulo é uma questão de saúde pública, isso não tenha dúvida. O particulado está matando muitas pessoas por ano aqui na cidade de São Paulo, matando, tá? Se, voce pega dados epidemiológicos, a Secretaria da Saúde, o COVISA deve ter essas informações, esses dados lá. O próprio INCA já advertiu e o Paulo Saldiva, também tem falado muito isso. As pessoas morrem de doenças pulmonares e doenças



cardíacas, circulatória, tudo em função da péssima qualidade do ar, e um bando de lunáticos sai por aí destruindo, destruindo tudo que é árvore. Como disse a Célia, eles consideram a árvore como um inconveniente, como um incômodo, não é. Você vê a Zona Leste, é uma coisa estarrecedora. A Sueli está aqui, ela pode dizer, nós temos poucas áreas verdes na região Leste. Quer dizer, foi se pensando na permeabilização, construção e a criatura humana, ela está sendo pressionada de todas as formas, ela está se distanciando da sua fonte de vida: área verde, água saudável, alimentação saudável, ar, com esses particulados, quer dizer, a vida numa grande cidade da forma como está, ela se tornará quase que inviável se nós não tomarmos providências urgentes, como os meninos com esse estudo. Essa preocupação é interessante, esse estudo da população arbórea, o mapeamento por algoritmos. Nós temos que tomar providências urgentes. Mais alguma palavra, por favor? A Conselheira aqui, por favor.

Cons. Carolina - Só uma complementação rapidinho ao que a Thaís falou, lá na Secretaria de Mobilidade, a gente recebeu um engenheiro com essa mesma proposta, explicando esses dados de como a reciclagem automotiva poderia ajudar a nossa economia, a nossa mobilidade, e que, caso o CADES aceite essa pauta, eu posso trazer, pedi-lo para vir aqui falar no Conselho, talvez na próxima reunião ou numa próxima oportunidade, porque de fato eu acho que é um assunto que a gente pode levar adiante com muita propriedade, porque muitos países da Europa fazem isso, os Estados Unidos fazem isso, então, eu acho que é uma sugestão de pauta bacana e que a gente pode debater aqui.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, muito obrigado. Eu vou pedir para o Edson Bueno, Secretário Executivo, incluir para a gente discutir esse tema qualidade do ar na cidade de São Paulo na próxima reunião do CADES. Depois eu converso com você, Thaís, eu acho que os Conselheiros aqui concordam com isso. Podemos fazer a conclusão de pauta na próxima reunião? Então, depois nós conversamos para acertar detalhes disso. Conselheira Célia por favor.

Cons. Célia Marcondes - Só para completar aqui a informação dos meninos. Uma coisa é você ver a arborização através de via satélite, outra coisa é você caminhar em cada rua, na calçada, e ver as interferências e ver a ação humana em cima disso. Essa arborização de rua tem que ser tratada de forma diferenciada, na sua unidade. Cada uma delas tratada com a sua diferença, então, é bem diferente esse trabalho que eles estão fazendo, que é arborização de rua, que envolve outros entes e que é de uma responsabilidade ímpar da Municipalidade. É diferente de uma árvore que está lá no meio da floresta e a gente monitora e vê que ela está bonitinha, está verdinha, não tem problema e nem ninguém está decepando. Agora, a da rua tem outras interferências aí que a gente não pode deixar. Cada uma delas é um ente em especial, em particular. Eu sei porque plantando já... tendo plantado 1812, cada uma delas é uma vitória, porque você tem que brigar com o condomínio, com a loja, com quem circula por esse entorno. Cada uma delas é uma vitória. Então, este é diferente. Eu



tenho a impressão que isso se completa. O estudo deles pelas ruas, cada um desses entes sendo bem pensado, gerido, tratado, e por cima esse gerenciamento da cidade como um todo, mas um não dispensa o outro. Ao contrário, eu acho que isso aqui é muito trabalhoso, é muito difícil, mas nós precisamos desse estudo. O site onde já podem ver isso é samorcc.org.br. Obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, Célia, mas uma situação não anula a outra, obviamente. O nosso papel enquanto ente público é fiscalizar e proteger o patrimônio ambiental, proteger as áreas verdes de São Paulo, que estão sendo vilipendiadas, atacadas diariamente. Isso é uma coisa. Proteger as árvores que estão na via pública é outra tarefa do Poder Público municipal. Para isso, nós já estamos contratando o Instituto Biológico para fazer esse mapeamento e o tratamento. Exige-se um tratamento. Não é um tratamento alienado, um tratamento estranho. Não, é o tratamento por quem entende, já testou isso em campo, está sendo feito na cidade de Belo Horizonte e vai ser feito na cidade de São Paulo com esses 8000 exemplares, para ter uma amostragem e depois os pontos críticos serem tratados, não é? Obviamente que o aplicativo ele seria um complemento, a gente pode adaptar esse aplicativo como complemento desse levantamento que a gente tenta fazer agora com o Instituto Biológico. Eu acho que uma coisa completa a outra, sem dúvida alguma. Bom, Senhoras e Senhores, eu acho que esgotado o ponto de pauta, tem alguns informes que eu vou pedir, eu vou passar ao Edson... Mais alguém quer falar? Ah, Cristina. Cristina tem informe, é verdade, Cristina. A Sueli também é informe? A Cristina tinha uma inclusão de pauta para hoje. Por favor, Cristina, por gentileza.

Cons. Cristina Antunes - Ivan é uma questão voltada aos Conselhos Participativos, que trabalham com estruturas de grupos de trabalho. Nós temos lá em Santo Amaro, e muitos Conselhos têm o grupo de trabalho de Meio Ambiente, que demanda um número adequado de membros do Conselho para poder desenvolver esse trabalho. Ocorre que saiu agora o edital novo para os Conselhos Participativos, e esse edital diminuiu o número de Conselheiros por Prefeitura Regional. Isso em si não seria um problema, se a gente tivesse autonomia para trabalhar. A Prefeitura não nos dá autonomia para trabalhar. O Conselho Participativo, embora seja um conselho da sociedade civil, é extremamente controlado, é engessado pelas normas que vêm no regimento da Secretaria. Então, acontece que a gente tem perdas de Conselheiros, é comum, inclusive o argumento que o Secretário deu hoje na televisão é que tem muita falta. De fato, é um Conselho de pessoas que não são remuneradas, têm vida própria e acontece de haver falta. O problema é que quando uma pessoa pede afastamento, ou pela regra da Prefeitura, é obrigada a ser afastada do cargo, o Conselho fica três meses esperando a autorização para empossar um suplente. Isso tira totalmente a agilidade do Conselho. O Conselho fica privado de membros por vários motivos, mas agora, havendo menos membros ainda, por exemplo, o grupo de trabalho de Meio Ambiente ficaria extremamente



prejudicado, porque é um dos que demandam mais gente para poder fazer um trabalho decente, um trabalho de porte. Eu estou fazendo essa observação, porque saiu agora, anteontem, saiu esse Decreto. A gente espera que toda a população de São Paulo se envolva na defesa do Conselho Participativo. Houve aí um rumor de que isso daqui é um primeiro passo para abolir os Conselhos Participativos, que seria uma perda enorme. Foi uma luta de décadas para a gente ter um Conselho Participativo, que precisa, sim, ser aprimorado, precisa, sim, ter ajustes, de parte a parte. Então, eu estou colocando essa questão, porque no nosso Conselho, por exemplo, lá de Santo Amaro, nós perderíamos, em número de pessoas, aquelas que de fato poderiam ajudar nessa questão dos grupos de trabalho, especificamente de Meio Ambiente, que, para a Prefeitura Regional, não é o mais importante. Tem muito mais efeito para esta Secretaria do que propriamente para Prefeitura Regional. Eu estou colocando esse alerta, para que a gente esteja ciente de que esse decreto traz alguns prejuízos, que podem inviabilizar ações de meio ambiente nas Prefeituras Regionais. E os parabéns para a Célia, já tinha falado com ela.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Perfeito, Cristina. Esse assunto está em debate, na mídia, está se debatendo muito essa questão dos Conselhos Participativos, mas parece-me que o Conselho Participativo ele é provisório, até resolver aquela questão que está no Supremo, do Conselho das Cidades, mas está em debate. Isso eu sei que está sendo bastante debatido.

Cons. Cristina Antunes - É aquele provisório permanente, né, Ivan?

Ivan Cáceres (Coordenador) - É aquelas coisas que vêm e ficam. Você teria alguma colocação? Por favor. A Sueli. Por favor, Sueli, desculpe. Por gentileza.

Cons. Sueli - Bom dia, Sueli, de São Mateus, Zona Leste. Na reunião passada, eu fiz uma prévia conversa com o doutor Natalini e propus que nós fizéssemos um censo via Conselhos Regionais, um censo ambiental, para a gente identificar quais eram as ações que ocorriam no território, que ocorrem nos territórios. O Secretário sugeriu que eu elaborasse um projeto-piloto e fizéssemos na Prefeitura Regional de São Mateus. O Edson esteve lá numa reunião do CADES Regional. Eu elaborei a proposta e o projeto foi deliberado e aprovado pelo Cades Regional de São Mateus e a gente vai iniciar as ações lá em setembro. Essa informação tem como base... O Ministério do Meio Ambiente, junto com a ANAMMA, também propôs, está propondo, que os Municípios elaborem o seu censo ambiental. Eu também apresentei isso não de forma aqui no microfone, mas que a Secretaria, perguntando se a Secretaria Municipal do Verde da Cidade de São Paulo estava com essa proposta de fazer esse censo para incluir dentro desse projeto da ANAMMA, junto com o Ministério do Meio Ambiente. Eu não obtive essa resposta. A título de informação, o cadastramento ia até o dia 4 de junho e agora foi prorrogado até o dia 21/9. Então, eu considero extremamente relevante que a cidade



de São Paulo participe desse censo e coloque o que de fato estamos fazendo para preservar o meio ambiente. É isso, obrigada.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Obrigado, Sueli, eu vou pedir para levantar isso aí, e qualquer informação, por favor, entre em contato com a Secretaria Executiva do Conselho. Aliás, falando em São Mateus, eu estive lá - na reunião passada eu não pude vir, estive visitando hortas orgânicas em São Mateus, um exemplo de cidadania, empregabilidade, renda, inclusão e alimentação saudável. Embaixo de linhões ou áreas da SABESP, o pessoal plantando alimento orgânico, e o cidadão indo comprar um pacote imenso de verdura lá por R\$ 2,00. Saudável, sem veneno. Estufa sendo desenvolvida naquelas áreas. Sabe aqueles corredores da SABESP? Se voce não utilizar aquilo, eles vão encher de lixão, invasão, seja lá o que for. O pessoal está fazendo horta. É maravilhoso esse trabalho. Passei o dia todo em São Mateus e com a grata satisfação de participar da cerimônia de certificação desses produtores como produtores de alimento orgânico. Edson, por favor.

Edson Bueno - Edson Bueno, Secretaria do Verde. Bom dia a todos e a todas. Eu só queria dar o seguinte informe: a Secretaria de Relações Governamentais, que é aonde está o Conselho Participativo, está organizando algumas conferências zonais e nós, enquanto CADES, Cades Regional e Conselho Gestor de Parques, fomos convidados a estar participando junto com eles. O pessoal da Saúde e dos Conselhos da Saúde também vão estar juntos, então eu quero informar aqui que amanhã, dia 17, vai ter a conferência da Zona Leste. Vai ser na Prefeitura Regional de São Miguel. Horário das 16h às 21h em todos, porém, das 16h até às 19h, oficina. A partir das 19h, de fato acontece a conferência. O Centro-Oeste vai ser dia 22 de agosto, no CEU Butantã; Zona Sul, dia 24 de agosto, no CEU Casa Blanca; Zona Norte, dia 28 de agosto, na Fábrica de Cultura da Vila Nova Cachoeirinha; e a Zona Sudeste, dia 30 de agosto, no Círculo de Trabalhadores Cristãos. Muito obrigado.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Antes de encerrar, só um último lembrete. Eu quero lembrar que as inscrições para participar da Comissão Municipal dos ODS, encontra-se aberta, foi prorrogado até dia 28 de agosto e a grata satisfação de informar que a Universidade de São Paulo, a UNIFESP, FECOMÉRCIO, inclusive a FECOMÉRCIO é o professor Goldemberg, que maravilha, integrando a Comissão. Já há várias entidades de peso integrando. Aqueles que quiserem se inscrever, ainda está aberta a inscrição. Bom, anotado o ponto. Pois não, Cristiane.

Cons. Cristiane - Cristiane, da FECOMÉRCIO. Uma sugestão de inclusão para a pauta da próxima reunião ou de próximas. Na última reunião do Conselho de Sustentabilidade da FECOMÉRCIO, nós recebemos o presidente da AMLURB para entender melhor a questão da coleta seletiva do lixo na cidade de São Paulo e foi uma explicação ótima, foi muito boa. Então, quando eu ouvi, logo pensei no



Conselho aqui, que seria interessante chamá-los para a gente entender bem essa interface entre nós do Verde, e eles ali. Foi excelente. Eu recomendo que ele fosse chamado... e os planos que eles têm a questão dos Ecopontos, foi maravilhoso. E, para aquele outro assunto da qualidade do ar, eu participei há um ano, um ano e pouco, na Câmara dos Vereadores, desse debate. Existe um projeto de lei nesse sentido, dessa parte da reciclagem de automóveis, estava bem avançado na época. Talvez também fazer essa interface. Como vocês vão se programar, para a pauta da próxima reunião, fica uma sugestão de talvez também levantar essa questão com eles, como é que está avançando em termos de lei.

Ivan Cáceres (Coordenador) - Ok, Vamos anotar esse ponto de pauta e qualquer detalhe, informação, a gente procura entrar em contato com voce. Encerrado os pontos de discussão, vamos dar o encerramento oficial da nossa reunião. Bom dia a todos e muito obrigado pela presença. Próxima reunião, 20 de setembro.

GILBERTO NATALINI

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO AZZONI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ANGELA MARIA BRANCO
CAROLINA DONDICE COMINOTTI
CÉLIA MARCONDES
CRISTINA ANTUNES
CRISTINA KIRSNER
EVERTON SIMON ZADIKIAN
GEORGE DOI
HELOIZA SENSULINI SOLES OLIVARES

JOÃO HENRIQUE STOROPOLI
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
MARCOS MOLITERNO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
MÔNICA MASUMI HOSAKA
RODRIGO ARRAVAL
ROSE MARIE INOJOSA
SUELI RODRIGUES
THAIS MARIA LEONEL DO CARMO

CONSELHEIRA SUPLENTE PRESENTE:

CRISTIANE LIMA CORTEZ

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ANGELO IERVOLINO / BEATRIZ MACHADO GRANZIEIRA / JANAÍNA REIS DO NASCIMENTO / JOSÉ
EDILSON MARQUES DIAS / / LUCILENE A. ESPERANTE LIMP / SOLANGE SILVA MAIA JACOBINI .

SECRETÁRIO EXECUTIVO:

ÉDSON BUENO